

## MIGRANTES, CAMPONESES, GARIMPEIROS E MATEIROS: TRAJETÓRIAS, MEMÓRIAS E IDENTIDADES SOCIAIS DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE

Mário José HENCHEN<sup>1\*</sup>

Carla Silva LIMA<sup>2\*</sup>

Edivan de Medeiros RODRIGUES<sup>3\*</sup>

Universidade Federal do Pará

**Resumo:** Neste artigo, objetivamos analisar os marcos de referência na constituição de identidades sociais camponesas em uma região de fronteira agrícola, notadamente, a partir da migração de famílias camponesas maranhenses para a atividade de coleta de castanha-do-Pará, no município de São Domingos do Araguaia, região do Sudeste paraense. O trabalho nos castanhais, a luta pela posse, permanência e resistência nas terras livres, o trabalho no garimpo, as relações de subordinação/autonomia, a participação como mateiro na Guerrilha do Araguaia, a participação política na constituição de delegacias sindicais, e, notadamente, como estes pertencimentos e relações, estas trajetórias, marcam objetivamente e subjetivamente a memória e as identidades sociais destes atores locais. Nesse sentido, percebe-se a identidade social e a própria memória dos grupos enquanto ferramenta de luta, de barganha, de negociação, de confrontação, tanto interna quanto externa, na reivindicação de direitos a eles associados, como é o caso dos mateiros do exército, durante o período da Guerrilha do Araguaia, na década de 70.

\* Professor Assistente de Ciências Sociais do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará – UFPA; Coordenador do Projeto PROINT Trajetória, história, memória e identidades sociais: as faces do campesinato no Sudeste paraense.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Ciências Sociais do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará – UFPA; Bolsista do Projeto PROINT Trajetória, história, memória e identidades sociais: as faces do campesinato no Sudeste paraense.

<sup>3</sup> Aluno do Curso de Ciências Sociais do Campus Universitário do Sul e Sudeste do Pará – UFPA; Bolsista do Projeto PROINT Trajetória, história, memória e identidades sociais: as faces do campesinato no Sudeste paraense.

## 1. Trajetórias, memórias e identidades sociais

Este artigo se constitui em uma tentativa de reconstruir, re-significar-se – e na medida em que isso se torna possível – a trajetória, a memória e a constituição de identidades sociais dos migrantes nordestinos, notadamente maranhenses, que, na década de 50/60 do século passado, atravessaram o rio Tocantins com a finalidade de trabalhar nos garimpos, na coleta da castanha-do-pará na agricultura, no município de São Domingos das Latas, hoje, São Domingos do Araguaia, e que, mais tarde, participaram de acontecimentos como a Guerrilha do Araguaia, na condição de matreiros do exército brasileiro.

Bourdieu (1989, p.107) destaca o fato de que não se deve privilegiar o conhecimento da realidade em prejuízo do conhecimento dos instrumentos de constituição do próprio conhecimento, pois que, aqui, se trata de uma realidade que, sendo em primeiro lugar representação, depende tão profundamente do conhecimento e do reconhecimento das lutas entre os agentes sociais para fazer valer este ou aquele princípio de visão e de divisão do mundo social. Afirma ainda que a sociologia deveria incluir uma sociologia da percepção do mundo social, da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção deste mundo. Mas, dado ao fato de que somos nós que construímos o espaço social, sabemos que estes pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que haverá pontos de vista diferentes, antagônicos, conflitantes, já que a visão que cada agente social tem do espaço depende de sua posição neste espaço social.

Nesse caso, não faz sentido o esforço de unificação dos discursos, das narrativas, das versões, das memórias ou das representações sociais que os atores sociais elaboram acerca da realidade por eles construída, pois devemos tomá-las como pontos de vista distintos, percepções distintas, versões distintas para os mesmos eventos, acontecimentos, porém significadas a partir de trajetórias distintas. Mas é preciso considerar a existência, independentemente de nossas vontades, de um ponto de vista oficial, que é o ponto de vista das autoridades e que se exprime no discurso oficial. Esse discurso, em primeiro lugar, opera um diagnóstico, um ato de conhecimento que obtém, conforme acentua Bourdieu (1990, p.164), o reconhecimento e que, com muita frequência, tende a afirmar o que uma pessoa, coisa ou acontecimento é; em segundo, o discurso administrativo, através das diretivas, ordens, prescrições, que contribuem para dizer o que as pessoas têm que fazer considerando o que elas são; e, em terceiro lugar, ele diz o que as pessoas realmente fizeram, do ponto de vista oficial; ele diz isso através de

questionários, formulários, entrevistas, relatórios.

Nosso objetivo aqui, portanto, relaciona-se, tão-somente, à tentativa de contribuir para provocar a criação das condições de possibilidades para a constituição de novas versões sobre o processo de ocupação da região de fronteira agrícola, sobre a participação do campesinato regional na construção desta realidade social; entendemos aqui a realidade enquanto o conjunto das realizações humanas, a criação de estruturas sociais, instituições, formas de organização, estratégias de produção e reprodução sociais de indivíduos ou grupos.

Por isso, a elaboração deste artigo não é um ato desinteressado. Não temos o menor interesse em reivindicar os pressupostos teóricos da cientificidade, da neutralidade axiológica, tão cara tanto aos discursos quanto às práticas acadêmicas e que se encarregam de lançar suspeitas a todas as formas e procedimentos que se recusam a andar pelos caminhos autorizados do cientificismo, do convencionalismo, todas as formas que são, sem exceção, formas. E, como lembra Bourdieu (1983, p.17), uma das formas de se livrar de verdades perturbadoras é dizer que elas não são científicas, o que equivale a dizer que elas são políticas, isto é, suscitadas pelos interesses de grupos particulares, pela paixão e, portanto, relativos e relativizáveis.

O trabalho com versões deverá contribuir, na medida do possível, para tornar mais rica a interpretação, a análise, a compreensão da realidade social. Mas faz-se necessário lembrar que não existem palavras neutras para falar do mundo social e que, notadamente, as mesmas palavras não significam as mesmas coisas, dependendo das pessoas que as pronunciam ou que as evocam. Por isso, as lutas a respeito das identidades étnicas ou regionais, quer dizer, a respeito de propriedades, estigmas, emblemas, *lypalkis a oigynw*, através do *lygar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, constituem-se em um caso particular de lutas de classificação, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio desse, de fazer e de desfazer os grupos, as categorias e classes sociais.

Nesse sentido – e considerando as lutas pela presença e permanência nas terras de antigos castanhais afonados, a constituição de delegacias sindicais e tantas outras formas de organização coletivas –, tomamos o campesinato do Sudeste paraense enquanto categoria social, enquanto ator ou agente social, portanto, enquanto um grupo efetivamente mobilizado, em condições de negociar seus próprios projetos e, no limite, fazer valer sua vontade.

Tomamos como marcos de referência, para nossa análise dos acontecimentos, eventos que se constituem e ganham visibilidade a partir das

narrativas destes agentes sociais camponeses, uma percepção da história, já utilizada por Halbwachs (2004, p.60), ao enfatizar que não é na história aprendida, mas sim na história vivida que se apóia nossa memória. Sendo assim, por história é preciso entender não uma sucessão cronológica de acontecimentos e datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se destaque dos outros. Portanto, utilizaremos aqui os marcos de referências presentes nas narrativas dos próprios atores, ou seja, o tempo delimitado por referências à época do garimpo, dos castanheais, do aforamento, da guerrilha, da pressiga, das grandes lavouras de arroz, enchentes ou secas, entre outras.

Nós nos apoiamos ainda, para efeito de análise, em três entrevistas, feitas, ao mesmo tempo, individual e coletivamente, já que os indivíduos, ao narrarem suas histórias, trajetórias, memórias, as narravam ao mesmo tempo e no interior de um mesmo espaço, pois que estavam no mesmo local e, em função disso, tiveram a oportunidade de entrecruzarem suas informações, referências, percepções dos acontecimentos, com os outros informantes ali presentes. Mas, conforme lembra Halbwachs (2004, p.25), se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossas evocações será maior, porque é preciso considerar que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que esse ponto de vista muda conforme o lugar que o indivíduo ocupa no grupo ou mesmo na sociedade, e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que estes estabelecem com outros meios ou grupos.

Essa noção de apoiar-se nas memórias, representações, percepções dos outros é o caso, acreditamos, das posições e percepções de dois de nossos narradores, *seu Severinão*<sup>10</sup> e *seu Antônio Severino*<sup>11</sup>, que, ao se referirem à

<sup>10</sup> Agricultor, nasceu em Brejo Santo, Estado do Ceará, mudou-se com a família para o Maranhão em 1953. Em 1955, migrou para o Pará, de início, provisoriamente, a fim de trabalhar no Maranhão. A migração para o Pará tinha como finalidade a possibilidade de trabalhar nos principais de diamantes. De 1956 até por volta do ano de 1962, trabalhou nos castanheais livres de Aladá, depois trabalhou como camponês em São Domingos do Araguaia. Entre 1972 e 1974, atuou como maitiro do exército brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia. Em seguida, trabalhou na Serra Pelada, como proprietário de barranco e garimpeiro, abandonando de vez as atividades camponesas. Hoje, apresentado como camponês, separado do restante da família, a sua identificação referente à extração do ouro em Serra Pelada é também referente ao trabalho de maitiro do exército brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia.

<sup>11</sup> Agricultor, migrou com a família dos pais, do Ceará ao Maranhão, e daí ao Pará. Trabalhou a maior parte de sua vida na agricultura familiar, época em que participava das organizações dos camponeses, da formação de delegacias sindicais, sindicatos, associações. Hoje, é secretário de agricultura e desenvolvimento do município de São Domingos do Araguaia.

Guerrilha do Araguaia, demonstram rivalizar suas percepções, confrontar percepções, até mesmo na utilização das palavras para nomear os participantes da guerrilha. Seu Severinão, apesar de caracterizá-los como *boa gente*, insiste em nomeá-los como *subversivos*, ao passo que seu Antônio Severino, possivelmente em função de seu envolvimento com as organizações dos camponeses, os nomeia como *guerrilheiros*. Acreditamos que suas trajetórias, seus pertencimentos e interesses contribuem para fazer essa distinção. Aqui cabe destacar essa rivalização, disputa entre memórias, acentuada por Pollak (1992, p.205) ao lembrar que, se é possível o confronto entre a memória dos outros, isso mostra que a identidade e a memória são valores que se disputam em conflitos sociais e inter-grupais e, particularmente, em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Seu Severinão, ao se referir ao início dos enfrentamentos entre o exército e os guerrilheiros, relata:

*em 72, eu tava lá na Fortaleza naquele tempo né, quando entrou o primeiro equipamento, era de civil né; ninguém sabia de que se tratava. Escrita esse povo aí na mata, esse povo era muito boa pessoa. Eu convenci 12, de 10 a 12, eles morava em vizinhança lá do Fortaleza. A terra era assim, daqui pra cá era de lá, daqui pra cá era mar. Aí eles sempre vivia lá em casa; mas, nós não sabia o que eles vieram fazer. Tinha enfermeira, tinha a Nônia que era uma dentista né, tinha a Rosinha que era enfermeira, tinha a Cristina que era enfermeira tá. Aí naquela época que tinha essa mata aqui era só arvore, não tinha estudo, não tinha nada, carro não andava. Vivia passar no caminho aqui em 72, em 72 é que começaram essa estrada aí. Aí depois pra dentro não tinha estrada, era só estrada, pra lá no Apimame e no São João do Araguaia era só pra estrada. Aí esse povo vivia aí, na Ponta de Pedra, na beira do Araguaia. Cuidava dos aí, o que eles faziam, eles viviam com o medicamento né; aí esse povo todo de família deixava os dentes, esse povo criava os filhos só como Deus cria batata na ciperina. E eu avião não tinha pra comprar remédio pra aqueles avião, a mulher avião, às vezes tava gestante, não tinha médico, não tinha estrada. Esse povo entrou aí fazendo tudo isso; nós conhecia eles por paulista, e nós achava eles boa pessoa né.*

Mas, em se tratando tanto da memória coletiva quanto da história oral, podemos concordar com Thompson (2002, p.18), quando afirma que a história oral possibilita novas versões da história, ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores, e que este tipo de projeto propicia, sobretudo, fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite construir a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciam e participam de um determinado período, mediante suas referências e também seu imaginário.

Por isso, esse tipo de história, além de possibilitar novas versões sobre os acontecimentos do passado, permite lançar luzes sobre as lacunas existentes, notadamente, em se tratando do discurso oficial, sobre o sistema de aviação nos castanheais da região e, ainda, sobre a Guerrilha do Araguaia. Nesse sentido, conforme o autor citado anteriormente, trata-se de devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas próprias palavras. Nesse caso, nossas fontes principais de informações serão informantes/narradores que vivenciaram os acontecimentos, que fizeram as lutas, contrapondo-se, em grande medida, ao discurso da autoridade, ao discurso oficial, pois que, como lembra Thompson (2002, p.26), como é da natureza da maioria dos registros existentes refletir o ponto de vista da autoridade, não é de admirar que o julgamento da história tenha, o mais das vezes, defendido a soberania dos poderes existentes.

A história oral, ao contrário, torna possível um julgamento muito mais imparcial, posto que, segundo ele, as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os desprivilegiados e os derrotados. Nesse sentido, propicia-se, assim, uma construção mais realista e mais imparcial do passado, ao mesmo tempo em que se abre espaço a uma contestação ao relato tomado como verdadeiro. Porém, ao fazer isso, a história oral tem um compromisso radical em favor da mensagem social da história como um todo. Por isso, concordamos com Hobsbawm (1977, p.21), quando enfatiza que, às vezes, para descobrirmos novos indícios, novas versões, novos caminhos, precisamos *rescuar a história a contrapelo*.

Nesse sentido ainda, Pollak (1898, p.04) enfatiza o fato de que, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial, no caso em análise, à memória nacional, construída acerca dos acontecimentos, da participação dos mateiros do exército brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia.

## 2. A terra livre na frente de expansão e a ocupação da fronteira agrícola: identidades em constituição

Em se tratando do debate acerca da colonização espontânea ou dirigida em curso desde as décadas de 50 e 60, na fronteira agrícola amazônica, Hébertte (2004, p. 17) sugere que a colonização espontânea é muito mal batizada, pois ela não tem, geralmente, e pelo menos não tem, no caso das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, essa característica de espontaneidade, seja essa entendida como ausência de necessidade ou de compulsão – uma vez que o pequeno lavrador, agente típico da colonização, sai de sua terra pressionado por diversas premências –, seja entendida pejorativamente, no sentido de iniciativa desordenada, como falta de previsão.

A ocupação por migrantes ao longo da rede hidrográfica começa a se tornar significativa apenas na metade do século XX, no momento em que a colonização tem por objetivo, simultânea ou sucessivamente, a procura de pedras preciosas, a expansão da pecuária, a exploração da castanha-do-Pará. Nesse período, a agricultura era um subproduto das diferentes frentes pioneiras. Em relação a essas frentes pioneiras, notadamente as de passagem pelo Maranhão, Velho (1981, p.20) destaca que é de se imaginar que, por trás dos conflitos e do êxodo posterior, se escondessem questões de terra, além da atração exercida pela possibilidade de realizar o fornecimento de carne para a frente extrativista que se ia desenvolvendo na Amazônia. Para esse fornecimento, aliás, seguindo ao Severinão, foi construída a Estrada do Boi, que saía de Apitapes, passando por São João do Araguaia até chegar a Marabá, por onde se deslocavam os rebanhos de gado trazidos do Maranhão para o Sudeste paraense.

Muitas vezes, como é o caso de um Severinão, o Maranhão era mais um dos espaços de constituição de sua trajetória, já que ele e sua família eram oriundos do Estado do Ceará e, seguindo ele, fugitivos das secas. Seu Severinão faz referência aos conselhos do Pe. Cícero, ao indicativo de andar na direção ao sol poente, na procura das *Ámádivas férdes*, lugar de terras boas, livres e de águas abundantes.

Somente a partir dos anos de 1960, com a implantação da infraestrutura rodoviária nos eixos norte-sul e leste-oeste, permite-se integrar de maneira definitiva a região ao resto do País. Por seu lado, o plano de colonização agrícola oficial da rodovia Transamazônica estimulava a chegada de milhares de famílias à procura de terras, por volta dos anos

1970/74. Essa frente pioneira, conforme acentua Hébette (2004, p.64), é bem mais diversificada do que parece à primeira vista, e o desconhecimento dessa diversidade é, sem dúvida alguma, uma das fortes razões da inadequação e do fracasso de políticas nacionais ou regionais chamadas desenvolvimentistas.

Essa diversidade, da qual fala o autor e que é preciso considerar, começa, segundo ele, pela gente que compõe esta frente pioneira: há os nordestinos, como se sabe, mas há também migrantes vindos de outras regiões do País. Também há os que passaram por diferentes profissões ou aqueles que as têm duas ou três de uma só vez. Em se tratando de frente pioneira, seria preciso considerar que no imaginário coletivo, ela se apresenta como constituída de migrantes que correspondem ao perfil estereotipado do pioneiro empreendedor, meio aventureiro, dotado de alguns recursos e, acima de tudo, de iniciativa, em contraposição à frente de expansão que seria constituída por homens pouco ambiciosos, preocupados, sobretudo, com a própria sobrevivência e de sua família, destinados pela sorte a *amansar a terra*, como se diz, para oferecê-la a terceiros.

Essa oferta a terceiros, à qual se refere o autor, se constituía em saída forçada dos posseiros, ocupantes de castanhas aforados, conforme relata seu Severinão, ao falar da perseguição que sofreu, juntamente com seus familiares, logo após sua chegada ao Estado do Pará. Ao fazer referência às perseguições por parte dos donos dos castanhais, ele lembra que

*pressiga era porque os donos do ponto botaram aqueles fiscais; ninguém podia entrar lá dentro do castanhal, que era sujeito à morte, inclusive andavam matando aí. Quando eu cheguei aqui, quando vim do Maranhão ele já vivia aqui, aí ele aforou uma área de terra do Almescão. Aí ele passou o pique, e aí quem entrasse lá dentro ele mandava matar. Os fiscais, às vezes, atiravam naqueles posseiros que trabalhavam lá dentro tirando uma castanha, porque pras banda de cá era pouca a castanha. E eu saí de lá modo isso; porque eu tinha minha família, muita gente, sabe como é, porque eles podia pegar um deles lá dentro e querer fazer uma besteira né.*

Seu Severinão é um entre tantos que se inserem nas frentes de expansão. Nesse caso, poder-se-ia distinguir, grosso modo, duas frentes, ou duas grandes linhas de penetração de fluxos migratórios cuja distin-

ção nos leva ao significado dos rios Tocantins e Araguaia para a ocupação da região. Há um itinerário tradicional que atravessa o rio Tocantins, entre Imperatriz e Carolina, e o rio Araguaia à altura de Araguaia; é o itinerário dos migrantes que vêm, por etapas, do Nordeste através do Maranhão. Essa massa é formada em grande parte por pequenos camponeses, predominantemente nordestinos, nascidos ou instalados aqui algum tempo no Maranhão. São esses migrantes nordestinos que, vindos por sua própria conta, preferiram penetrar nos castanhais naturais monopolizados ao longo de duas ou três gerações por algumas grandes famílias locais. Esse trabalho nos castanhais envolve uma série de dificuldades.

Conforme relata Seu Severinão:

*o começo das trabalhos era no verão, porque quando eles tiravam a última safra de castanha por lá os caminhos entupiam, táia muito pau e coisa. Aí, quando era no mês de setembro, outubro, eles batavam o povo pra lá, para abrir os piçue, as estradas, levar aqueles paus que tinha caído naquele ritual, aterrar os caminhos com as pádiolas de carregar a terra e pedra, para que desse pros burros passar com as cargas de castanha nos atogadas, que no inverno, quando a castanha começa a cair, vadia tudo de água.*

Considerando elementos destacados por Emmi (1988, p. 17), nesse período das primeiras frentes de penetração de nordestinos na floresta amazônica, a sociedade local tinha uma estrutura fortemente oligárquica, em que predominavam os proprietários e concessionários de seringueis e castanhais. Estes últimos mantinham os coletores – seringueiros ou castanheiros – sob seu estreito controle, pelo sistema de dívida crônica. Seu Severinão relata parte dessa situação relacionada ao trabalho nos castanhais, enfatizando que

*no final do trabalho, quando já era o verão, trabalhava nas quintas na roça do Nélio Almeida. Quando chegava o mês de novembro, aí nós ia para a mata. Ele abomava a gente; e a gente passava 4 ou 5 meses tirando castanha na mata. Na época que chegamos aqui em São Domingos trabalhava só na roça, mas também tinha a castanha, a gente tirava. Era uma área que não era de aforamento; então a gente tirava, assim, a*

*castanha toda, aquela castanha era rourente da gente. A gente vendia pro atravessadores aqui de São Domingos mesmo, que vendiam pro pessoal de Belém. Pois é, ninguém tinha castanhal naquele tempo, só o direito de tirar o do mato.*

Por outro lado, em se tratando das frentes pioneiras, das frentes de ocupação, constituídas nas regiões de fronteira agrícola, Hébertte (2004, p.68) destaca que é interessante, nesse sentido, analisar mais detidamente estas frentes pioneiras, buscando discernir nelas outras formas de identidades – e, portanto, de diversidades em constituição. Suas mutas são de outra ordem, mais determinadas por mecanismos de poder e de organização, e estão mais sujeitas às influências das lideranças camponesas. Isso resulta em diversidades, às vezes muito sensíveis, desdobrando, notadamente, na constituição de novos atores sociais.

Seu Severinão, porém, fala sobre um tempo em que as organizações ainda não haviam se constituído, um período em que os camponeses eram forçados a deixar suas propriedades sob constrangimento dos mais fortes. Segundo ele, em relação ao direito de ocupação das novas áreas de terras,

*agora a gente tirava do tanto que queria, tudo era devoluto naquela época. Ai depois vendi pra outro amigo e tirei outra área na Pedra de Anolá. Ai eu tava na terra e seu Dico veio, partiu o pique bem no meio da minha roça, aí o prefeito me chamou e mandou eu tirar outra terra, tirasse o pico tanto que eu pudesse na beira do afloramento pra cá. O tanto que quisesse né. Ai eu tirei; daí teve uma pressiga com o dono do afloramento. Ai eu vendi e fui pro Fortaleza.*

Em se tratando das formas e estratégias adotadas para a ocupação das terras nesse espaço regional caracterizado enquanto área de fronteira agrícola, como é o caso do Sudeste paraense, destaca Hébertte (2004, p.67) que podemos distinguir, ao menos no plano da análise, três formas de colonização presentes no cenário regional: a espontânea, que se caracteriza pelo estabelecimento de grupos humanos, com seus próprios recursos, por sua livre iniciativa; a forma dirigida, que envolveria um mínimo de orientação, que pode ser visualizada através da escolha da área, da organização da posse do espaço físico, na definição de regras de acesso aos recursos; e, por último, a forma planejada, que envol-

ve um nível maior de articulação, de planejamento, tanto na escolha da área geográfica, na seleção dos grupos humanos que irão ocupá-la, quanto no aproveitamento dos recursos e das atividades econômicas a serem nela realizadas.

Em relação ao posseiro camponês, constituído nas frentes de expansão da fronteira agrícola, Hébertte (2004, p.63) destaca que o posseiro da fronteira não é apenas um nordestino imerso num fluxo migratório que avança Amazônia adentro. É, antes de tudo, um personagem coletivo histórico de um Brasil que ainda não concluiu o trágico projeto de ocupação de uma terra arrancada dos indígenas, de um coletivo de índios sobreviventes dos aldeamentos e das sesmarias; de caboclos fugitivos da escravidão e insurretos das cabanagens e Balaiadas, de vítimas das secas nordestinas e cativeiros dos coronéis, de sem terras em peregrinação nas sucessivas fronteiras agrícolas e em confronto com os grileiros.

Por seu lado, Guerra (2001, p.18), em relação ao posseiro da fronteira agrícola, enfatiza que, à diferença do proprietário, ele vive na contínua insegurança, na precariedade de sua posse, na dificuldade de ser reconhecido pelo que ele é, como plenamente dono de suas terras, diríamos, como camponês na plenitude de sua condição e de seu reconhecimento social. Poder-se-ia, portanto, definir o posseiro como camponês a caminho de seu reconhecimento social, como camponês em luta pela afirmação de sua identidade social, como um camponês que, consciente de si mesmo, tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político. Já Da Matta e Laraia (1979, p.98), ao se referirem ao posseiro das frentes de expansão da fronteira agrícola, destacam que, quando se consideram os posseiros de terra, é preciso considerar que uma grande parte deles é composta por migrantes que ali chegaram fugindo da seca do Nordeste.

Por isso, a região então lhes parece propícia: as matas são bastante verdes, há água em abundância e grandes extensões de terras desocupadas. Constroem ali seus pequenos barracos, derrubam pedaços da floresta, plantam uma roça de milho, mandioca ou fumo, e, enquanto esperam pela colheita, vivem da caça e da pesca. Por isso mesmo, passam grandes dificuldades no início da implantação; mas, no segundo ou terceiro ano, a situação começa a ser menos difícil, precisam de pouco para viver. Mas um dia descobrem que a terra já tem dono; então, ou continuam ali, porque aquele dono só quer da terra a castanha, ou seguem a sua peregrinação de camponês sem terra.

### 3. Castanheiros, camponeses, garimpeiros e mateiros: a constituição de memórias, identidades e representações como objeto de mediação, barganha, regateio e negociação

Sen Severinão fala de um período que passou nos garimpos, primeiro de diamantes, por um curto tempo, depois o trabalho em Serra Pelada, cujas lembranças não lhe são muito agradáveis, conforme relata:

*isso lá é trabalho muito difícil. Eu entrei tocando barranco. Eu e um sócio. Foi onde eu gastei um bocadinho do que tinha, só de comida foram 40 cabeças e duas carreadas de arroz, e ainda peguei uma mícara num barranco dum amigo meu onde eu fui trabalhar já quando eu quebrei e fui trabalhar de sócio nos barrancos dos outros. Ainda hoje estamos esperando esse dinheiro da Serra Pelada. De vez em quando a gente põe um dinheirinho lá, de vez em quando eu estou esperando pelo resultado da Serra Pelada.*

Pollak (1989, p.06) destaca o fato de existirem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombras, silêncios, não-ditos. As fronteiras desses silêncios e não-ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são, evidentemente, estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios e também de alusão a metáforas é moldada pela angústia de não se encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal entendidos.

Na situação em análise, sen Severinão demonstra visível incômodo ao falar sobre sua participação na Guerrilha, na condição de mateiro do exército. Fala que foi forçado a participar, para livrar sua família de uma possível ameaça de morte, muito embora, hoje, esteja solicitando, do próprio exército, uma indenização relativa a essa sua participação. Ele, ao comentar sobre sua relação com os Guerrilheiros, destaca que

*ai entrou essa pressão muito deles, em 72; quando eu tava apalmando arroz, quando entrou um bocadinho de polícia para lá né; aí mataram um, eles mataram um e, parece que os terroristas mataram um dos sargentos né. Ai eles correram da polícia e vieram culpar, eles correram pro matto. Quando eles chegaram lá,*

lá no acampamento deles que era vizinho lá de nós, eles já tinha corrido pro mato, eles correram e esconderam no mato. Ai eles chegaram e tomaram conta de lá, do lugar deles, da criação, de tudo. Um deles tinha a casa cheia de medicamento, que eles não puderam tirar, que a polícia acabou com tudo, tocar fogo em tudo. Ai nós ficamos sabendo que era o povo né, porque até aquela data ninguém sabia né. Ai eles começaram a aparecer nas casas, ai dizendo o que era o significado daquilo ali, ai o que eles diziam pra mim era: tá vendo como é que o governo tá fazendo? Seu Severino, é o seguinte: nosso problema aqui é mudar o governo, porque o senhor tá vendo o que o governo tá fazendo aqui, ele não liga pra vocês aqui. E nós vamos trabalhar pra nós mudar isso. Tem que ter um governo que olhe pra vocês aqui dentro da mata né. Ai, quem é que podia ser contra esse povo, né rapaiz. É por isso que eles andava ai, daquele jeito, porque era ditadura, eles não podia falar. E nós também não podia informar pro governo aquele povo. Em 73 veio o exército, ai foi pegando sabe quem? Aquela povo que nem eu e outro que era conhecido, ai pegava nós e botava pra andar atrás desse povo do mato.

Mas, qual era mesmo o trabalho do matoiro do exército durante a Guerrilha? Sobre isso seu Severinão destaca que

*o que é que eles faz? Eles pega um assim como eu e o Antônio José, e outros que são acostumados na mata, hepeira, gente que trabalha na mata, ai eles coloca como um guia do exército. Nós era a bucha do canhão, moço; nós cantava na frente, ai o primeiro que se acabava era o pai de família; eles tava levando a gente obrigado; não tinha como recusar, era assim e a desgraça acontecia, porque eles não deixava bruto, ai aqui me toca ou eles matava mesmo.*

A ida ao garimpo da Serra Pelada se deu logo após o final da Guerrilha. Seu Severinão assegura que não existe nenhuma relação entre o seu trabalho no garimpo e o fato de ter conhecido e trabalhado com o Curió durante os anos 72 e 73. Fala do medo de repressão por parte do exército, ao enfatizar que

*aí nós sofreu com isso né, muitos apanhou né. Eu não apanhei porque fui muito ativo né, se não fosse ativo eu tinha apanhado. O Curio pelejou pra me dá uma taca, pelejou, pelejou, mas não deu. Até que livreí da taca, mas muito aqui apanhou naquela época. Foi assim, eu estava com minha família aqui no Bom Jesus quando ele subiu pra lá. Primeiro homem que entrou lá dentro com o Curio fui eu, o Antônio José e o Luis Mago. Foi nós que andava com ele lá; ele dizendo que era fazendeiro, que andava atrás de comprar terra por aí. E eles fazendo pergunta pra mim e eu sem saber o que fazia. Se eu descobrisse esse povo nessa meta; se eu não descobrisse porque é um povo bão.*

Nesse momento, estava colocado o dilema: o povo era bom, como então denunciá-los e continuar com a consciência tranqüila? E se não denunciasse e tivesse que pagar com a própria vida ou a de algum membro da própria família? Então, seu Severinão tem uma saída para o dilema, ele apela para o coração, pois, segundo ele, o coração falou mais alto. O uso da razão cede lugar à emoção. Como negar um pedido do coração? Ele argumenta que

*aí, o que é que eu falo? Se eu enganar eles, eles vão e não mata esse povo, aí eles volta e vão me matar né. Eles sabe que eu vi esses home, sabe que eu vi e não avisei pra eles né. Aí eu fiquei num balanço, indeciso; mas aí o coração mandou dizer que eu tinha visto, e aí eu disse. Aí eu disse tremendo quase de medo. Aí foi o jeito eu acompanhar eles, aí assim foi como eu fiquei livre da taca; foi isso, eu informei o pessoal; porque, se eu não informasse eles me matava; se eu não informasse o exército vinha e mandava me cacetar, como fizeram com outros pai de família por aí afóra. Eles já andava matando uns e outros né. Aí eu fui trabalhar mais eles, dois anos e pouco trabalhando escutando naquela época. Eles tiravam o povo, tiravam tudo os moradores que moravam no mato, eles tiravam tudo pra fora, tiravam aqui pra rua. Não ficou ninguém lá dentro.*

### Considerações Finais

Por trás das narrativas, é possível perceber, embora de forma tímida, as marcas das trajetórias, dos pertencimentos, dos dilemas vivenciados

por membros do campesinato regional, notadamente em uma região de fronteira agrícola, nas frentes de expansão, das quais o campesinato foi o principal ator ou agente social. A trajetória da família de *seu Severinão* se entrelaça com várias outras trajetórias, também de migrantes que seguem as *famílias lénder de Pe. Cícero* em busca da *terra da promessa*, uma terra que vai sendo moldada, aos poucos, com o trabalho nas terras livres, terras de castanhais não aforados, com o trabalho nos garimpos, na lavoura, com as expulsões, reocupações, com a violência explícita e implícita.

As identidades deste campesinato migrante ou ex-migrante se constituem neste ambiente hostil aos pequenos, como acentua *seu Severinão*; mas é exatamente a referência deixada por estes pequenos que define as bases de sustentação econômica e política da formação da região.

*Seu Severinão*, ao se referir à história regional, destaca que "nós tivemos a história de São Domingos do Araguaia, mas agora temos que contar essa história, senão ela vai ficar esquecida... e nós também".

#### BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DAMATTA, Roberto & LARALA, Roque de Barros. *Índios carimbóicos: a empresa extrativista e os índios do médio Tocantins*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- EMMI, Marília F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPV/NAEA, 1988.
- GUERRA, Gutenberg Armando Diniz. *O processo da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: UFPV/NAEA, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. v. I, II, III e IV

- HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e terra, 1977.
- PULLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista de Estudos Históricos*, vol. 2, nº. 3, Rio de Janeiro, 1989.
- PULLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, vol. 5, nº. 10, Rio de Janeiro, 1992.
- SILVA, D. da. Colonização e zonas pioneiras. *Anais da Associação de Geógrafos*, vol. 18, São Paulo, 1973.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frontes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.